



Ministério da Educação

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 23000.032235/2022-80

### 1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente estudo objetiva demonstrar a análise e a viabilidade técnica e econômica da seleção de empresa, por meio do Sistema de Registro de Preços, para fornecimento do líquido **água mineral** ou **água potável**, própria para o consumo humano, sem gás, com a finalidade de suprir as necessidades do Ministério da Educação (MEC).

### 2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação visa a dar continuidade ao fornecimento imprescindível de água mineral nas dependências do Ministério da Educação, para o consumo dos servidores, colaboradores e visitantes, tendo em vista que **o contrato em vigor vence em 03 de maio de 2023**.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3. A natureza dos bens, dadas suas características, enquadra-se como comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo tais bens serem licitados por meio do **Pregão Eletrônico**.

2.4. O fornecimento dos produtos ocorrerá sob demanda, conforme necessidade administrativa, **não devendo haver obrigatoriedade de fornecimento de todo o quantitativo estimado para a contratação**.

### Da justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

2.5. Trata-se de contratação, cuja execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, de acordo com as necessidades do MEC, obedecendo o limite máximo indicado na estimativa constante do Documento de Formalização de Demanda (SEI 3663185).

2.6. Não há obrigatoriedade do fornecimento de todo o quantitativo estimado, considerando-se que a demanda depende do consumo pelos servidores desta Pasta, que tem sido variável em virtude do PGD adotado neste órgão.

2.7. Além disso, devido ao volume dos vasilhames, haveria necessidade de estrutura de armazenamento no Órgão, o que corrobora a necessidade do parcelamento das entregas.

2.8. A futura contratação limitar-se-á ao quantitativo máximo de itens indicados na tabela constante do item 7.2, sendo importante frisar que, de acordo com o histórico de execução, os pedidos costumam ser realizados duas vezes por semana, servindo como baliza para os fornecedores com interesse em participar do certame.

2.9. Nesse cenário, apesar do cálculo estimativo da quantidade, verifica-se a impossibilidade de definir conclusivamente e de forma exata o quantitativo que será demandado, portanto, com fundamento no **inciso IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013**, estabelece-se que a melhor solução seria adotar o SRP na licitação que se pretende deflagrar, estabelecendo o limite máximo por item.

2.10. Além disso, a referida aquisição pelo SRP se justifica pela necessidade da realização de aquisições com entregas parceladas, que possibilitará a formalização de compras de acordo com a conveniência desta Administração, com fundamento no inciso II, do art. 3º, do Decreto encimado.

2.11. Importante ressaltar que, com o SRP, busca-se: o (i) aumento da eficiência administrativa, já que haverá redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro; (ii) possibilidade de maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP (inciso III, do art. 3º, abaixo), contratando em conjunto os serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade; e, (iii) atendimento de demandas imprevisíveis.

2.12. É digno de nota que a existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços - ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para a aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme artigo 16, do Decreto nº 7.892/2013.

2.13. Nesse contexto, para este serviço em específico, considerando a última contratação, em que este órgão recebeu diversos pedidos de adesão, identifica-se que todos os incisos do artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013, são aplicáveis a esta contratação.

2.14. Dessa forma, de acordo com os elementos trazidos aos autos e tendo em vista as normas que regem a matéria, a contratação em proposição se amolda perfeitamente ao regulamento disposto no artigo mencionado, adotando-se o SRP e o critério de julgamento da proposta pelo menor preço global do item.

### Do Sistema de Registro de Preços

2.15. A adoção do SRP trará os seguintes benefícios:

2.15.1. Independe de previsão orçamentária, visto que não há a obrigatoriedade da contratação, portanto, não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra, no momento de uso dentro dos projetos;

2.15.2. Redução da quantidade de processos licitatórios, ao mesmo tempo mantendo a transparência e a economia de recursos;

2.15.3. Maior rapidez nas aquisições, garantindo a entrega muito mais rápida dos bens ou serviços contratados;

2.15.4. Evita ou reduz perdas com o armazenamento ou estocagem.

2.16. Não será permitida a adesão da Ata de Registro de Preços de órgão ou entidade não participante.

2.17. Finalmente, registre-se que é necessária a contratação em tela, haja vista a sua imprescindibilidade para o funcionamento das atividades deste Ministério.

### 3. DA ÁREA REQUISITANTE

3.1. Solicitação da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, por meio do Documento de Formalização de Demanda (SEI 3663185) e por meio do Despacho nº 320/2022/GAB/CSL/CGRL/SAA-MEC (SEI 3671470).

### 4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que os produtos sejam fornecidos corretamente, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

4.1.1. **Características dos Produtos:**

4.1.1.1. **Item 1: Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:**

**CATMAT:** 445485

**Capacidade do garrafão:** 20 litros (L).

**Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.

O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.

A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

**Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:**

- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.

**Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

4.1.1.2. **Item 2: Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável:**

**CATMAT:** 445484

**Unidades de fornecimento:** 500 mililitros (ml);

**Tipo de embalagem:**

- Garrafa de 500 mililitros (ml);

**Material:** embalagem do tipo PET, descartável, de único uso, tampa plástica e rótulo informativo do produto.

**Validade da água:** no mínimo, de 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

4.2. A água mineral ou potável de mesa – sem gás – deve ser própria para o consumo humano, sem a presença de impurezas no seu conteúdo, contendo na sua embalagem o nome da mineradora, da fonte, da distribuidora, suas características físico-químico, a data de envasamento e o prazo de validade.

4.3. A empresa deverá observar os critérios de sustentabilidade, que devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade da água, embalagem), distribuição, uso e destinação final.

4.3.1. **Produção:**

- a) O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76, de 16 de outubro de 2007. A referida Resolução estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários;
- b) A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos;
- c) As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância à norma ABNT NBR 13230/2008 - Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - Identificação e simbologia.

4.3.2. **Distribuição:**

- a) Devem ser observadas as disposições da Resolução ANVISA RDC nº 173, de 2006, que dispõe sobre as boas práticas para industrialização e comercialização de água mineral natural.

4.3.3. **Uso:**

- a) A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.

4.3.4. **Destinação Final:**

- a) O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, à NBR 14222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa, Garrafão retornável e demais normativos sobre o tema.

4.4. Nesse sentido, são requisitos desta contratação:

- a) A contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade;
- b) Não será admitida a subcontratação;
- c) Em caso de contratado revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato;
- d) Não haverá exigência de garantia;
- e) Os garrafões para acondicionar a Água Mineral ou Água Potável de Mesa devem ser de propriedade da empresa vencedora;
- f) A Contratada deverá garantir que, sempre que um produto for solicitado, sua execução se dará em conformidade com o que for descrito na respectiva Ordem de Serviço;
- g) A CONTRATADA será responsável pela entrega e pelo descarregamento dos materiais adquiridos no local de entrega indicado neste Estudo;
- h) Todas as despesas de frete/embalagem, impostos, encargos incidentes deverão ser incluídas no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura; e
- i) Incluir na nota fiscal de venda: os números dos lotes, as quantidades por lote, suas fabricações, validades, números de empenho, além do nome e endereço do local de entrega.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. O objeto da licitação é considerado bem comum por definição estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e no inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.

5.2. Em consulta ao mercado, identificamos, entre outras, as seguintes empresas que atendem aos requisitos especificados:

EMPRESA	CNPJ
CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA	03.160.007/0001-69
PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA	72.602.303/0001-95
NUTRIMAX REFEICOES COLETIVAS LTDA	21.099.223/0001-28
MOEMA MARY FONSECA DANTAS EFREM DE LIMA	04.211.300/0001-70
LAISA MILENA DE OLIVEIRA SILVA	33.395.806/0001-85

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. O líquido água mineral natural, sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- 6.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.
- 6.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.
- 6.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173/2006 - Anvisa, e em legislação específica.
- 6.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na tabela constante neste Estudo, no item 8.1.
- 6.6. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses após assinatura do contrato.
- 6.7. A empresa vencedora deverá atender os chamados **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Serviço**.
- 6.8. Reforçando a literalidade do item 2.3, **o fornecimento será sob demanda**, conforme necessidade administrativa, não havendo obrigatoriedade de fornecimento de todo o quantitativo estimado para a contratação, e os produtos somente poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço, e entregues, às expensas da CONTRATADA, no **Setor de Almoxarifado do MEC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Subsolo do Anexo I – Brasília/DF**, e no Conselho Nacional de Educação (CNE), localizado no **SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50 - Brasília - DF**, nos horários de 08h as 12h e das 13h as 17h, de segunda a sexta-feira, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Estudo.
- 6.9. O fornecimento dos produtos será iniciado após a publicação do extrato do contrato, com a emissão de Ordens de Serviço pela CONTRATANTE.
- 6.10. O mecanismo de comunicação entre o órgão e o fornecedor deve ser principalmente o correio eletrônico.
- 6.11. O recebimento provisório será realizado no momento da entrega dos produtos, caso seja verificada a conformidade com o que foi solicitado.
- 6.12. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O MEC não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados aos produtos rejeitados.
- 6.13. A CONTRATADA se obrigará a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.
- 6.14. Caso, no ato do recebimento, seja verificada alguma desconformidade com os quantitativos ou especificações constantes no Termo de Referência, **a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários no prazo máximo de 1(um) dia útil**.
- 6.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 6.16. Em caso de irregularidade não sanada pela licitante, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 6.17. A cobrança mensal pelo produto fornecido será feita por meio de emissão de nota fiscal única, relativa ao fornecimento feito por Ordem de Serviço, no mesmo mês.
- 6.18. A execução do contrato será avaliada e fiscalizada, periodicamente, observando os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos e da qualidade demandada, aferidos por meio do cumprimento regular das obrigações estabelecidas.
- 6.19. As especificações do produto a ser adquirido, bem como as do acondicionamento, estão dispostas no item 4.1.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. As quantidades registradas neste ETP são recorrentes e têm como base as estimadas apresentadas no Documento de Formalização da Demanda (SEI 3663185) pelo setor Demandante.
- 7.2. Estimativas de Consumo:

ÓRGÃO GERENCIADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
01	<p>Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:</p> <p>CATMAT: 445485</p> <p>Capacidade do garrafão: 20 litros.</p> <p>Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas conforme exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.</p> <p>O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.</p> <p>A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.</p> <p>Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Altura total: 490mm ± 2,5mm;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR n° 14.222/2019.</li> </ul> <p>Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.</p>
02	<p>Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável:</p> <p>CATMAT: 445484</p> <p>Unidades de fornecimento: 500 mililitros (ml);</p> <p>Tipo de embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garrafa de 500 mililitros (ml);</li> </ul> <p>Material: embalagem do tipo PET, descartável, de único uso, tampa plástica e rótulo informativo do produto.</p> <p>Validade da água: no mínimo, de 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.</p>

7.3. A respeito desses quantitativos, a Coordenação de Planejamento das Contratações solicitou à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos que fossem prestadas informações acerca dos quantitativos constantes no DFD, conforme Despacho nº 37/2023/DIP/COPLAC/CGLC/SAA-MEC (SEI 3979545).

7.4. A resposta foi encaminhada por meio do Despacho nº 22/2023/SALMOX/CSL/CGRL/SAA-MEC (SEI 3990645), com os seguintes dados:

Exercício	Contrato nº	Empresa Fornecedora	CNPJ nº	Quantidade Empenhada	Quantidade Utilizada
2017	05/2017	Minágua Comércio e Distribuição de Bebidas Ltda	38.075.040/0001-75	29.000 (galões de 20 L)	<b>24.245</b> (galões de 20 L)
2018	04/2018	Puríssima água Mineral Ltda	72.602.303/0001-95	30.000 (galões de 20 L)	<b>21.903</b> (galões de 20 L)
2019	02/2019	Puríssima água Mineral Ltda	72.602.303/0001-95	25.000 (galões de 20 L)	<b>24982</b> (galões de 20 L)
2020	05/2020	Minágua Comércio e Distribuição de Bebidas Ltda	38.075.040/0001-75	25.000 (galões de 20 L)	<b>6.965</b> (galões de 20 L)
2021	08/2021	Calevi Mineradora e Comércio Ltda	03.160.007/0001-69	25.000 (galões de 20 L)	<b>15444</b> (galões de 20 L)
2022	10/2022	Calevi Mineradora e Comércio Ltda	03.160.007/0001-69	25.000 (galões de 20 L)	<b>25.000</b> (galões de 20 L)

Exercício	Contrato nº	Empresa fornecedora	CNPJ nº	Quantidade empenhada	Quantidade utilizada
2021	08/2021	Calevi Mineradora e Comércio Ltda	03.160.007/0001-69	12.000 (garrafas de 500 ml)	<b>4.133</b> (garrafas de 500 ml)
2022	10/2022	Calevi Mineradora e Comércio Ltda	03.160.007/0001-69	12.000 (garrafas de 500 ml)	<b>12.000</b> (garrafas de 500 ml)

7.5. Com base nisso, a metodologia para estimar e comprovar a quantidade necessária para a contratação teve como referência o histórico das contratações recentes.

7.6. Acerca dos quantitativos de galões de 20 (vinte) litros, nos anos de 2020 e 2021, restou consignado pela Chefia do Setor de Almoxarifado que o consumo foi menor devido ao período de pandemia da COVID-19.

7.7. Registre-se, por oportuno, no que se refere aos quantitativos de garrafas de 500 ml, que o produto passou a ser adquirido somente a partir do ano de 2021.

7.8.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços e o valor máximo que o MEC se propõe a pagar pelos produtos a serem fornecidos é de **R\$ 187.367,50 (cento e oitenta e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)**, com os valores unitários descritos na tabela abaixo:

ÓRGÃO GERENCIADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL
01	<p>Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:</p> <p>Capacidade do garrafão: 20 litros.</p> <p>Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR n° 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.</p> <p>O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.</p> <p>A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5° da Portaria DNPM nº 387, de 2008.</p> <p>Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Altura total: 490mm ± 2,5mm;</li> <li>• Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR n° 14.222/2019.</li> </ul> <p>Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.</p>	445485	GALÃO	25.000	R\$ 6,89
02	<p>Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável:</p> <p>Unidades de fornecimento: 500 mililitros (ml);</p> <p>Tipo de embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garrafa de 500 mililitros (ml);</li> </ul> <p>Material: embalagem do tipo PET, descartável, de único uso, tampa plástica e rótulo informativo do produto.</p>	445484	500 ML	12.000	R\$ 1,27

	Validade da água: no mínimo, de 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.				
VALOR TOTAL ANUAL					

9. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, assim dispõe:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Dessa forma, tendo em vista a possibilidade de parcelamento do objeto e objetivando a ampliação da competitividade, será realizada licitação do tipo menor preço global do item, nos termos das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, e do Decreto nº 7.892/2013.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não se aplica.

11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. Os produtos a serem adquiridos constam do Plano de Contratações Anual – PCA, exercício 2023, Id. do Item no PCA: 14, Classe/Grupo: 8960 - BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A aquisição do produto auxiliará o bom andamento das atividades realizadas por servidores e colaboradores presentes nas unidades administrativas do Órgão, de modo que possam cumprir, de forma adequada, a missão de cada setor.

12.2. Pretende-se contratar os itens descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda as especificações, correspondendo às necessidades da unidade requisitante do Ministério da Educação.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Para a solução apresentada, não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. Visando a amenizar possíveis impactos ambientais, a CONTRATADA obriga-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

14.2. Não foram identificadas providências específicas para o objeto licitatório no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, edição de julho de 2022, no entanto, a CONTRATADA deverá nortear sua conduta em critérios de sustentabilidade, fazendo uso de boas práticas, tais como:

14.2.1. Pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, evitando o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

14.2.2. Atender, no que couber, as normas que disciplinam a fabricação, transporte e/ou comercialização, até mesmo as correlatas e supervenientes, dentre elas:

a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

b) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

14.3. A empresa que vier a ser CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2010 – STLI/MPDG, quando couber:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e

c) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.4. Caso se enquadre nas hipóteses do art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá apresentar seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente, bem como apresentar responsável técnico devidamente habilitado.

14.5. São proibidas, à CONTRATADA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

b) lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

d) outras formas vedadas pelo poder público.

14.6. Para todos os itens objeto da contratação de Água Mineral de mesa acondicionada em garrafões de 20 litros, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

14.7. O custo de aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá exclusivamente por conta da CONTRATADA.

15. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Diante dos estudos realizados para a contratação em tela, considerando que a pesquisa de mercado identificou fornecedores e preços vantajosos, declaramos a viabilidade técnica e econômica da contratação.

15.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de formalização da Equipe de Planejamento da Contratação (SEI 3682279).

Robson Pereira Batista, Matrícula nº 1739163 - Integrante requisitante  
Sérgio dos Santos Bolssoni, Matrícula SIAPE nº 1087693 - Integrante técnico  
Esrom Gonçalves Rodrigues, matrícula SIAPE nº 1553843 - Integrante administrativo

15.3. Após verificação, atesto que o presente Estudo Técnico Preliminar contém todos os requisitos postos no artigo 7º da IN nº 40/2020.

CARLA MACIEL DAMASCENO  
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos, Substitua



Documento assinado eletronicamente por **Robson Pereira Batista, Servidor(a)**, em 24/05/2023, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio dos Santos Bolssoni, Servidor(a)**, em 24/05/2023, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Gonçalves Rodrigues, Servidor(a)**, em 24/05/2023, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a)-Geral**, em 24/05/2023, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4040986** e o código CRC **B0A1CCF5**.